

# Termo de Referência 300/2024

## Informações Básicas

Número do artefato UASG 300/2024 Editado por 110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIOGO SENA BAIERO Atualizado em 09/12/2024 16:15 (v 5.0)  
Status  
ASSINADO

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		00059.001087/2024-42

## 1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviço da fornecimento de ENERGIA ELÉTRICA de ALTA TENSÃO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Serviço de Fornecimento de energia elétrica de ALTA TENSÃO necessária para o funcionamento das edificações sob responsabilidade da Presidência da República	4120	mês	12	R\$ 812.500,00	R\$ 9.750.000,00

1.2. Valor mensal e total por grupo de fornecimento de ENERGIA ELÉTRICA de ALTA TENSÃO.

LOCAL	ID. MEDIDOR	CONSUMO ANUAL ESTIMADO (kWh)
Palácio Planalto - Instalações	1.087.797-5	3.257.210
Palácio Planalto - Ar Condicionado	1.087.798-3	1.318.591
Almoxarifado Central	466.456-6	4.902.425
GSI - PR	1.297.397-1	590.576
Palácio Planalto - Anexos	923.928-6	292.183

Palácio Alvorada	703.776-7	1.001.900
COTRAN	491.662-x	1.766.475
Granja do Torto	491.708-1	398.773
<b>TOTAL</b>		<b>13.528.134</b>

Consumo, em quilowatt-hora (kWh), e valor, em R\$, conforme item 9. "Estimativas do Valor da Contratação. O valor da contratação é um quantitativo estimado devido à necessidade de se manter o fornecimento de energia elétrica nos patamares adequados e à satisfação organizacional das instalações do Complexo da Presidência da República que apresenta aumentos sucessivos.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, com vigência indeterminada, sendo que o serviços são oferecidos em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação ([Art. 109, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

1.3.1. Desse modo, ao longo da execução do contrato, a Administração deverá:

- Indicar a previsão de recursos orçamentários para lastrear as despesas decorrentes da contratação, a cada exercício financeiro;
- Acautelar-se, a cada ano, de verificar se o monopólio permanece presente (que é a própria justificativa para a inexigibilidade); e
- Autorizar a realização de despesa, nos termos do Decreto nº 10.193, de 2019.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

4.1. Os requisitos serão aqueles presentes na minuta de contrato padrão da concessionária local, uma vez que se trata de processo de adesão ao contrato da concessionária de energia.

4.2 Da nomenclatura:

<b>a) Carga Instalada</b>	- soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW);
<b>b) Consumidor</b>	- pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento de energia ou o uso do sistema elétrico à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s);

<b>c) Distribuidora</b>	- agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;
<b>d) Energia Elétrica Ativa</b>	- aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh);
<b>e) Energia Elétrica Reativa</b>	- aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reactivo-hora (kvar);
<b>f) Grupo A e Subgrupo AS</b>	- grupamento composto de unidade consumidora com fornecimento de tensão de 2,3 kV a 25 kV, ou ainda, atendidas em tensão inferior a 2,3 kV a partir de sistema subterrâneo de distribuição (subgrupo AS), definida conforme Art. 2º da Resolução ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010;
<b>g) Grupo B</b>	- grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV);
<b>h) Horário de Ponta</b>	período definido pela Distribuidora e composto por 03 horas diárias consecutivas, com exceção feita aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, Corpus Christi e feriados nacionais, considerando a curva de carga de seu sistema elétrico;
<b>i) Horário Fora de Ponta</b>	- período composto pelo conjunto de horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no horário de ponta;
<b>j) Indicador de Continuidade</b>	- valor que expressa a duração, em horas, e o número de interrupções ocorridas na unidade consumidora em um determinado período de tempo;
<b>k) Interrupção do Fornecimento</b>	- desligamento temporário da energia elétrica para conservação e manutenção da rede elétrica e em situações de casos fortuitos ou de força maior;
<b>l) Padrão de tensão</b>	- níveis máximos e mínimos de tensão, expressos em volts (V), em que a distribuidora deve entregar a energia elétrica na unidade consumidora, de acordo com os valores estabelecidos pela ANEEL
<b>m) Ponto de entrega</b>	- conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora;
<b>n) Potência disponibilizada</b>	- potência em quilovolt-ampère (kVA) de que o sistema elétrico da distribuidora deve dispor para atender aos equipamentos elétricos da unidade consumidora;
<b>o) Suspensão do fornecimento</b>	- desligamento de energia elétrica da unidade consumidora, sempre que o consumidor não cumprir com as suas obrigações definidas na Cláusula Quarta;

<b>p) Tarifa</b>	- valor monetário estabelecido pela ANEEL, fixado em Reais por unidade de energia elétrica ativa ou da demanda de potência ativa;
<b>q) Potência Ativa</b>	- quantidade de energia elétrica solicitada na unidade de tempo, expressa em quilowatts (kW);
<b>r) Unidade consumidora</b>	- consumidora: conjunto composto por instalações, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de entrega, com medição individualizada, correspondente a um único consumidor e localizado em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas;

**Característica do Fornecimento:**

A Distribuidora fornecerá às unidades consumidoras energia elétrica conforme estabelecido na identificação das partes, observados os limites de variação estabelecidos no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica do Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, aprovado pela Resolução ANEEL n. 424/2010 ou outra que vier substituí-la.

Quando a unidade consumidora tiver carga instalada superior a 75 KW e for atendida por sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária, a Contratante poderá optar pela mudança para o grupo A, com aplicação da tarifa do subgrupo AS.

As instalações são classificadas por **Grupo e Subgrupo**, conforme detalhamento abaixo:

Unidade Consumidora: 703.776-7	<b>(item 1)</b>
Identificação: Palácio da Alvorada	
Projeto Elétrico (CP) 19522A	Ponto de Entrega: CS-0347
Propriedade da Instalação: Particular	
Tensão entre Fases (V): 13.200	Tensão de Medição (V): 115
Classificação: Poder Público	Frequência (HZ): 60
Tarifa Horária: Azul	<b>Subgrupo: A4</b>
Capacidade de Demanda do ponto de entrega (kW): 350	
Demanda Contratada Ponta (kW): 280	Demanda Contratada F. Ponta (kW): 350
Ligação: Trifásica	
Endereço: P ALVORADA PALACIO DA ALVORADA	

Unidade Consumidora: 491.662-X	<b>(item 2)</b>
Identificação: COTRAN - Coordenação de Transportes	
Potência do transformador (kVA): 1.000	Prop. da Instalação: Poder Público
Tensão entre Fases (V): 13.800	Tensão de Medição (V): 115
Ponto de Entrega: FP3516A	Frequência (HZ): 60
Capacidade de Demanda do ponto de entrega (kW): 120	
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: A4</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	

Unidade Consumidora: 491.708-1	<b>(item 3)</b>
Identificação: Residência Oficial da Granja do Torto	
Potência do transformador (kVA): 1.000	Prop. da Instalação: Poder Público
Tensão entre Fases (V): 13.800	Tensão de Medição (V): 115
Ponto de Entrega: FP3497	Frequência (HZ): 60
Capacidade de Demanda do ponto de entrega (kW): 90	
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: A4</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	

Unidade Consumidora: 1.087.797-5	<b>(item 4)</b>
Identificação: Palácio do Planalto - Instalações	
Projeto Elétrico (CP) 03083A	Ponto de Entrega: CS-0618
Propriedade da Instalação: NEOENERGIA	
Tensão entre Fases (V): 380	Tensão de Medição (V): 220
Classificação: Poder Público	Frequência (HZ): 60
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: AS</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	
Endereço: Pca T Poderes Pal Planalto Instala - Brasília/DF	

Unidade Consumidora: 1.087.798-3	<b>(item 5)</b>
Identificação: Palácio do Planalto - Ar condicionado	
Projeto Elétrico (CP) 03083A	Ponto de Entrega: CS-0618
Propriedade da Instalação: NEOENERGIA	
Tensão entre Fases (V): 380	Tensão de Medição (V): 220
Classificação: Poder Público	Frequência (HZ): 60
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: AS</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	

Endereço: Pca T Poderes Pal Planalto Ar Cond - Brasília/DF
--

Unidade Consumidora: 466.456-6	<b>(item 6)</b>
Identificação: CECAD - Almoxarifado Central	
Projeto Elétrico (CP) 00020A	Ponto de Entrega: FT-1389
Propriedade da Instalação: Particular	
Tensão entre Fases (V): 13.500	Tensão de Medição (V): 115
Classificação: Poder Público	Frequência (HZ): 60
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: A4</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	
Endereço: ST G MINISTERIA / P. PLANALTO ALMOX CENTRAL	

Unidade Consumidora: 1.297.397-1	<b>(item 7)</b>
Identificação: GSI - PR	
Projeto Elétrico (CP) 21954A	Ponto de Entrega: CS-0324
Propriedade da Instalação: Particular	
Tensão entre Fases (V): 13.500	Tensão de Medição (V): 115
Classificação: Poder Público	Frequência (HZ): 60
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: A4</b>

Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	
Endereço: VIA N2 VA LESTE GSI ED SEDE SEC DE SEGUR PRESID	

Unidade Consumidora: 923.928-6	<b>(item 8)</b>
Identificação: Palácio do Planalto - Anexos	
Projeto Elétrico (CP) 03083A	Ponto de Entrega: CS-0618
Propriedade da Instalação: NEOENERGIA	
Tensão entre Fases (V): 380	Tensão de Medição (V): 220
Classificação: Poder Público	Frequência (HZ): 60
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: AS</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	
Endereço: Pca T Poderes Anexo I a IV do Palácio do Planalto - Brasília/DF	

## 5. Modelo de execução do objeto

5.1. A contratação pretendida, inclusive as obrigações das partes e as infrações e sanções administrativas, se dará nos moldes e nas condições estabelecidas nas cláusulas do CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, disponibilizado pela NEOENERGIA DISTRIBUICAO BRASILIA S.A, conforme determinado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

5.2. Considerando as ações tomadas pelo Planejamento Estratégico da Presidência da República, na racionalização de consumo de energia elétrica, contempladas no Objetivo Estratégico nº 1, "Fortalecer a gestão organizacional, de infraestrutura e de pessoas da Presidência da República, de forma sustentável", cabe destacar os Projetos Estratégicos que visam reduzir custos de energia e implementar novas fontes de energia sustentável elencados no OFÍCIO CIRCULAR 12 (5863717), especialmente os destacados a seguir:

- autossuficiência energética do Palácio do Planalto, seus anexos e Residências Oficiais (00150.000415/2024-45) e aumento da eficiência energética do Palácio do Planalto e seus anexos (00150.000415/2024-45);



- a Diretoria de Engenharia e Patrimônio tem implementado parcerias na instalação de usina fotovoltaica para autossuficiência energética do Palácio da Alvorada, consoante processo de acordo de cooperação técnica, de acordo com o processo 00264.000869/2023-58; e
- a elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República, contida no processo 00040.000136/2024-29, com metas em andamento de eficiência energética, incluindo a substituição de equipamentos por modelos de menor consumo e a implantação de fontes alternativas, como a Usina Fotovoltaica no Palácio do Alvorada.

5.5. Os projetos de eficiência energética e sustentabilidade energética, seus detalhamentos e suas especificações são de competência e responsabilidade da contratada, devendo esta garantir as informações contidas neles bem como o cumprimento de todas as normas técnicas, regulamentações e legislações aplicáveis, em especial as Resoluções Normativas da ANEEL referentes ao Programa de Eficiência Energética.

5.6.1. A análise, pela Contratante, dos materiais e sistemas aplicados nos serviços será rigorosa quanto aos critérios de eficiência energética, redução de impactos ambientais e sustentabilidade;

5.6.2. Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível, e que os custos forem compatíveis com o praticado no mercado.

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Os critérios de medição e pagamento estão descritos no CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, elaborado pela NEOENERGIA DISTRIBUICAO BRASILIA S.A (ANEXO), e atenderão o recebimento da fatura, análise pelo gestor e posterior envio de acordo com fluxo interno.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **inexigibilidade de licitação**, com fundamento na hipótese do art. 74, I, da Lei n.º 14.133/2021.

8.2 O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário**, uma vez que o serviço pode ser facilmente medido por preço certo de unidades determinadas, no caso concreto o Quilowatt-hora (kWh).

8.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta ao SICAF.

8.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.13.1 Habilitação Jurídica:

8.13.1.1 inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;
5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 9.750.000,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 9.750.000,00 (nove milhões setecentos e cinquenta mil reais)**.

9.1.1. o valor corresponde ao custo estimado para um período de 12 meses.

9.2. Observa-se do quadro resumo abaixo, o valor médio anual para os contratos, sendo o valor projetado no ano de 2024 o resultante dos totais apurados entre janeiro a setembro de 2024:

Contrato atual PR nº	Ano	Valor médio ANUAL	Consumo médio ANUAL (kWh)
<b>Alta Tensão</b> 42/2022 (3591979)	2022	R\$ 8.079.585,84	9.659.005
	2023	R\$ 9.203.593,58	10.400.213
	2024 até setembro	R\$ 8.059.863,00	11.273.445
	2024* projetado	<b>R\$ 10.746.564,00</b>	13.528.134

\*Valor projetado em 2024 foi o resultante da divisão do número de meses (até setembro) e multiplicado por 12, a fim de se obter a projeção no ano.

9.3. Considerando o valor total de fornecimento de energia de baixa e alta tensões, referente ao período de janeiro a setembro de 2024, a estimativa do cálculo de consumo foi feita com base nas projeções financeiras e operacionais necessárias para a execução do serviço:

9.3.1. Projeção do consumo de energia de alta tensão de 2024 =  $R\$ 9.110.674,14 \div 9 = R\$ 895.547,00 \times 12 = R\$ 10.746.564,00$ . Inicialmente, o valor do fornecimento de alta tensão foi dividido por 9, resultando em R\$ 895.547,00 o que corresponde o valor mensal médio no período. Esse valor foi então multiplicado pelo coeficiente de 12 meses, totalizando **R\$ 10.746.564,00**.

9.4. Na Nota Técnica 19 (6268773), é apresentada uma estimativa inicial dos valores contratuais para o fornecimento de energia elétrica em alta e baixa tensão, sendo que para o contrato de alta tensão, o valor estimado foi de R\$ 11.821.132,40 (onze milhões, oitocentos e vinte e um mil, cento e trinta e dois reais e quarenta centavos).

9.5. Entretanto, devido às limitações orçamentárias e financeiras enfrentadas pela Presidência da República, tornou-se necessário revisar o valor inicialmente previsto, com maior ênfase no contrato de alta tensão, por ser o de maior impacto financeiro.

9.6. Adicionalmente, há a possibilidade de ajustar o valor do serviço no exercício de 2025, considerando o monitoramento dos gastos durante a execução do contrato, o que poderá resultar em uma alteração contratual ao longo do período.

9.7. Além disso, a Presidência da República vem implementando iniciativas voltadas à eficiência energética, como a substituição de aparelhos de ar condicionado por modelos mais modernos e econômicos, bem como o desenvolvimento do projeto de instalação de uma Usina Fotovoltaica no Palácio do Alvorada. Essas medidas visam reduzir o consumo de energia e, conseqüentemente, os custos associados, considerando:

- as ações tomadas pelo Planejamento Estratégico da Presidência da República, na racionalização de consumo de energia elétrica, contempladas no Objetivo Estratégico nº 1, "Fortalecer a gestão organizacional, de infraestrutura e de pessoas da Presidência da República, de forma sustentável", cabe destacar os Projetos Estratégicos que visam reduzir custos de energia e implementar novas fontes de energia

sustentável elencados no OFÍCIO CIRCULAR 12 (5863717), especialmente os destacados a seguir: autossuficiência energética do Palácio do Planalto, seus anexos e Residências Oficiais (00150.000415/2024-45) e aumento da eficiência energética do Palácio do Planalto e seus anexos (00150.000415/2024-45);

- que a Diretoria de Engenharia e Patrimônio tem implementado parcerias na instalação de usina fotovoltaica para autossuficiência energética do Palácio da Alvorada, consoante processo de acordo de cooperação técnica, de acordo com o processo 00264.000869/2023-58; e
- a elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República, contida no processo 00040.000136/2024-29, com metas em andamento de eficiência energética, incluindo a substituição de equipamentos por modelos de menor consumo e a implantação de fontes alternativas, como a Usina Fotovoltaica no Palácio do Alvorada.

9.8. Tais medidas visam à otimização do consumo de energia, resultando em economia de recursos públicos e sustentabilidade ambiental, o que justifica a revisão e a adequação dos valores inicialmente previstos no orçamento.

9.9. Dessa forma, os novos valores estimados para os serviços de fornecimento de energia elétrica ficam ajustados para **R\$ 9.750.000,00 (nove milhões, setecentos e cinquenta mil reais)** no contrato de alta tensão.

9.10. Chega-se ao valor total na prestação do serviços públicos de fornecimento de energia elétrica:

Contrato proposto	Local	nº Identificação do medidor	Consumo Anual Estimado (kWh)*1	Custo Anual Estimado (R\$)*2
<b>Alta Tensão</b>	Palácio Planalto - Instalações	1.087.797-5	3.257.210	R\$ 2.384.695,54
	Palácio Planalto - Ar Condicionado	1.087.798-3	1.318.591	R\$ 1.175.589,24
	Almoxarifado Central	466.456-6	4.902.425	R\$ 3.521.407,76
	GSI - PR	1.297.397-1	590.576	R\$ 360.343,30
	Palácio Planalto - Anexos	923.928-6	292.183	R\$ 182.802,87
	Palácio Alvorada	703.776-7	1.001.900	R\$ 594.240,04
	COTRAN	491.662-x	1.766.475	R\$ 1.300.021,46
	Granja do Torto	491.708-1	398.773	R\$ 230.899,78
	<b>Subtotal Alta Tensão</b>			<b>13.528.134</b>

Consumo anual previsto com base em consumos anteriores, vide item 9.2.

\*2 Valor anual previsto, vide itens 9.4. a 9.10.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na Unidade Gestora UG 110001 – Secretaria de Administração da Presidência da República.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VICTOR HENRIQUE BRITO SOUSA**

EPC



*Assinou eletronicamente em 09/12/2024 às 15:53:54.*

**DIOGO SENA BAIERO**

EPC



*Assinou eletronicamente em 09/12/2024 às 16:15:17.*

# Estudo Técnico Preliminar 139/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00059.001087/2024-42

## 2. Descrição da necessidade

Esta contratação tem por finalidade garantir o fornecimento de energia elétrica para suprir as necessidades para o adequado funcionamento das instalações do complexo da Presidência da República (PR). As instalações da PR necessitam deste serviço para permitir a execução das diversas atividades nela realizadas, por meio do uso de equipamentos elétricos, eletrônicos e demais itens que necessitam de energia elétrica para seu funcionamento e, com isto, atender seus objetivos dentro da estrutura organizacional da Administração Pública.

No que tange às contratações públicas, a Lei nº 14.133/2021 estabelece normas gerais sobre o procedimento licitatório e, no seu art. 74, inciso I, estabelece a modalidade de contratação direta por dispensa de licitação a qual a NEOENERGIA se enquadra conforme descrição do inciso abaixo:

*"I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou **contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos**".*

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Engenharia e Patrimônio	DANIELLE DE SÁ QUIRINO COSTA

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Essa contratação encontra amparo legal nos arts. 74, I, e 109 da Lei 14.133/2021; na Orientação Normativa 36 /2011, da Advocacia Geral da União; na Resolução Normativa ANEEL 1.000/2021, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e na Lei 8.078/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor.

A modalidade desta contratação é fundamentada nos arts. 74, inciso I, e 109 da Lei 14.133/2021:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros **ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos**;*

*(...) § 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.*

*(...)*

*Art. 109. A Administração poderá estabelecer a vigência **por prazo indeterminado** nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.*

A NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A é a única Distribuidora de Energia Elétrica do Distrito Federal, não havendo a possibilidade de concorrência, consoante com o Contrato de Concessão ANEEL nº 66/1999 e seus

aditivos (SEI 6080853) que regulam a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal.

Esta exclusividade comprova-se pela exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica para toda a área do Distrito Federal, para todos os efeitos legais e contratuais até julho de 2045.

A Presidência da República vem implementando iniciativas voltadas à eficiência energética, como a substituição de aparelhos de ar condicionado por modelos mais modernos e econômicos, bem como o desenvolvimento do projeto de instalação de uma Usina Fotovoltaica no Palácio do Alvorada. Essas medidas visam reduzir o consumo de energia e, conseqüentemente, os custos associados, considerando:

- as ações tomadas pelo Planejamento Estratégico da Presidência da República, na racionalização de consumo de energia elétrica, contempladas no Objetivo Estratégico nº 1, "Fortalecer a gestão organizacional, de infraestrutura e de pessoas da Presidência da República, de forma sustentável", cabe destacar os Projetos Estratégicos que visam reduzir custos de energia e implementar novas fontes de energia sustentável elencados no OFÍCIO CIRCULAR 12 (5863717), especialmente os destacados a seguir: autossuficiência energética do Palácio do Planalto, seus anexos e Residências Oficiais (00150.000415/2024-45) e aumento da eficiência energética do Palácio do Planalto e seus anexos (00150.000415/2024-45);
- que a Diretoria de Engenharia e Patrimônio tem implementado parcerias na instalação de usina fotovoltaica para autossuficiência energética do Palácio da Alvorada, consoante processo de acordo de cooperação técnica, de acordo com o processo 00264.000869/2023-58; e
- a elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República, contida no processo 00040.000136/2024-29, com metas em andamento de eficiência energética, incluindo a substituição de equipamentos por modelos de menor consumo e a implantação de fontes alternativas, como a Usina Fotovoltaica no Palácio do Alvorada.

Vistas as colocações legais supra citadas, justifica-se a necessidade desta contratação de empresa para o fornecimento de energia elétrica para atender seu objeto de contratação.

## 5. Levantamento de Mercado

A NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A é a única Distribuidora de Energia Elétrica do Distrito Federal, não havendo a possibilidade de concorrência. Esta exclusividade comprova-se também por meio do contrato de concessão - ANEEL, que regula a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, consoante estabelece o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL. A exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica constitui concessão para toda a área do Distrito Federal, para todos os efeitos legais e contratuais.

Como forma de medição dos resultados, temos os seguintes indicadores:

Indicador	
Indicador 1 – Fornecimento de energia elétrica	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a funcionalidade do fornecimento de energia elétrica nos patamares adequados à satisfação organizacional das instalações do Complexo da Presidência da República.
Meta a cumprir	Manter as edificações públicas da Presidência da República em funcionamento normal
Instrumento de Medição	Planilha de controle dos serviços executados através das notas fiscais



<b>Forma de Acompanhamento</b>	Verificação constante pelo Gestor do Contrato ou outros servidores competentes
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Medição através de instrumento fornecido e instalado pela Concessionário de energia elétrica
<b>Início da Vigência</b>	A partir da assinatura do contrato.
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Conforme Órgão do Governo Federal
<b>Sanções</b>	Conforme Lei 14.133/2021, Orientação Normativa nº 36, de 13 de dezembro de 2011, da Advocacia Geral da União, da Resolução Normativa nº 1.000/2021, de 7 de dezembro de 2021, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e da Lei nº 8.078/1990.

## 6. Descrição da solução como um todo

Devido ao fato da NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A. ser a única fornecedora de energia elétrica do Distrito Federal, configura-se a inviabilidade de competição, restando assim, a **contratação direta por dispensa de licitação**, a qual encontra amparo legal no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Esta exclusividade comprova-se através do contrato de concessão nº 66/99 - ANEEL, que regula a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal.

A prestação do fornecimento desses serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A presente contratação irá substituir os seguintes contratos, atualmente vigentes na Presidência da República, processo SEI nº 00059.000494/2022-71:

Contrato atual PR nº	Local	nº Identificação do medidor	Tensão
42/2022 (SEI nº 3591979)	Palácio Planalto - Instalações	1.087.797-5	Alta
42/2022 (SEI nº 3591979)	Palácio Planalto- Ar Condicionado	1.087.798-3	Alta
42/2022 (SEI nº 3591979)	Almoxarifado Central	466.456-6	Alta
42/2022 (SEI nº 3591979)	GSI - PR	1.297.397-1	Alta
42/2022 (SEI nº 3591979)	Palácio Planalto - Anexos	923.928-6	Alta
42/2022 (SEI nº 3591979)	Palácio Alvorada	703.776-7	Alta
42/2022 (SEI nº 3591979)	COTRAN	491.662-x	Alta
42/2022 (SEI nº 3591979)	Granja do Torto	491.708-1	Alta
43/2022 (SEI nº 3591986)	Pavilhão das Metas - CNJ	1.489.481-5	Baixa
43/2022 (SEI nº 3591986)	Palácio Planalto - Incêndio	1.089.702-x	Baixa

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Característica do Fornecimento:

A Distribuidora fornecerá às unidades consumidoras energia elétrica conforme estabelecido na identificação das partes, observados os limites de variação estabelecidos no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica do Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, aprovado pela Resolução ANEEL n. 424/2010 ou outra que vier substituí-la.

Quando a unidade consumidora tiver carga instalada superior a 75 KW e for atendida por sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária, a Contratante poderá optar pela mudança para o grupo A, com aplicação da tarifa do subgrupo AS.

Observa-se do quadro resumo abaixo, o valor médio anual para os contratos, sendo o valor projetado no ano de 2024 o resultante dos totais apurados entre janeiro a setembro de 2024:

Contrato atual PR nº	Ano	Valor médio ANUAL (R\$)	Consumo médio ANUAL (kWh)
<b>Alta Tensão</b> 42/2022 (3591979)	2022	R\$ 8.079.585,84	9.659.005
	2023	R\$ 9.203.593,58	10.400.213
	2024 até setembro	R\$ 8.059.863,00	11.273.445
	2024* projetado	<b>R\$ 10.746.484,00</b>	13.528.134
<b>Baixa Tensão</b> 43/2022 (3591986)	2022	R\$ 143.802,00	156.720
	2023	R\$ 185.664,13	195.744
	2024 até setembro	R\$ 166.909,08	223.644
	2024* projetado	<b>R\$ 244.799,98</b>	268.373

\*Valor projetado em 2024 foi o resultante da divisão do número de meses (até setembro) e multiplicado por 12, a fim de se obter a projeção no ano.

Considerando o valor total de fornecimento de energia de baixa e alta tensões, referente ao período de janeiro a setembro de 2024, a estimativa do cálculo de consumo foi feita com base nas projeções financeiras e operacionais necessárias para a execução do serviço:

Projeção do consumo de energia de baixa tensão de 2024 = R\$ 190.401,61 ÷ 9 = R\$ 18.545,45 x 12 = R\$ 222.545,44 + 10% = **R\$ 244.799,98**. Inicialmente, o valor do fornecimento de baixa tensão foi dividido por 9, resultando em R\$ 18.545,45 o que corresponde o valor mensal médio no período. Esse valor foi então multiplicado pelo coeficiente de 12 meses, totalizando R\$ 222.545,44. Posteriormente, foi adicionado um percentual de 10%, o que resultou em R\$ 244.799,98.

Projeção do consumo de energia de alta tensão de 2024 = R\$ 9.110.674,14 ÷ 9 = R\$ 895.547,00 x 12 = **R\$ 10.746.564,00**. Inicialmente, o valor do fornecimento de alta tensão foi dividido por 9, resultando em R\$ 895.547,00 o que corresponde o valor mensal médio no período. Esse valor foi então multiplicado pelo coeficiente de 12 meses, totalizando R\$ 10.746.564,00.

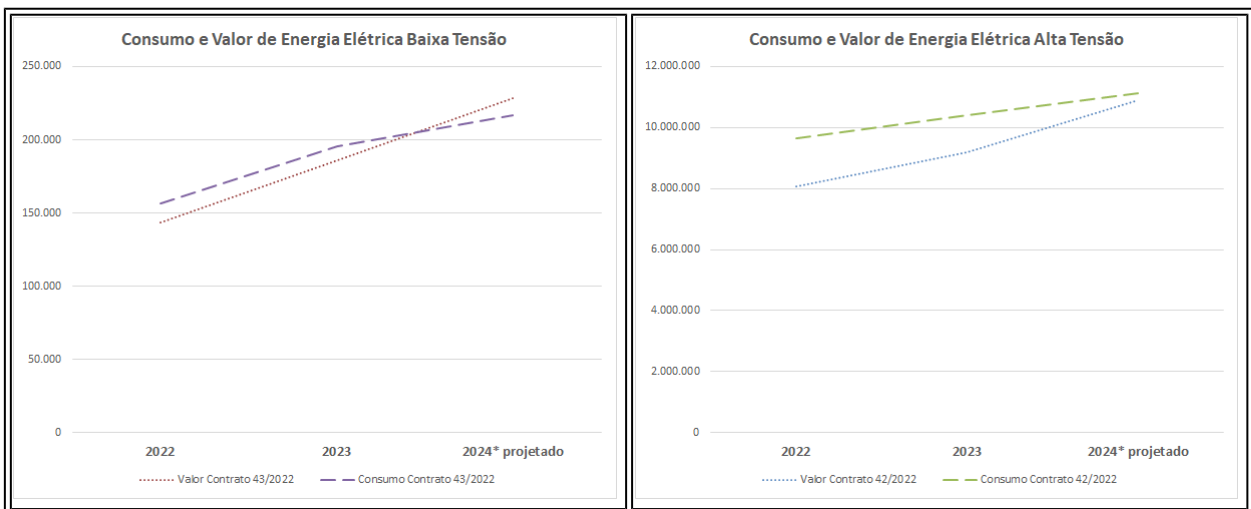
No ponto, observa-se o **aumento do consumo de energia de "Baixa Tensão" e "Alta Tensão"**, o que implicou na diminuição dos saldos dos contratos 42/2022 e 43/2022, sendo que a base de cálculo para o planejamento da contratação foi o consumo dos anos imediatamente anteriores.

Ao compulsar o valor em Reais e o consumo de energia elétrica em quilowatts-hora (kWh) nas instalações da Presidência da República nos anos de 2022, 2023 e 2024, observa-se que houve tanto o aumento de valor como o de consumo das unidades, em relação aos anos anteriores, não previsto/previsível no planejamento inicial da contratação.

Além de o saldo contratual estar sendo insuficiente para o adimplemento do custo estimado total da contratação, consoante Despacho (6028026), a margem de acréscimo pode ser justificada, ainda, pelo Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Neoenergia Distribuicao Brasília S.A. aprovadas pela ANEEL: reajuste em 3/11/2022 com efeito médio para o consumidor de 22,55%, conforme divulgado em sites oficiais (5072252) <<https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2022/aneel-aprova-reajuste-tarifario-anual-da-neoenergia-brasilia>>; e reajuste em 22/10/2023 com efeito médio para o consumidor de 9,32%, conforme divulgado em sites oficiais (5072203) <<https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2023/novas-tarifas-da-neoenergia-brasilia-sao-aprovadas-pela-aneel>>.

Houve o aumento de consumo das unidades, em relação aos anos anteriores, não previsto/previsível no planejamento inicial da contratação, sendo fundamental a prestação contínua dos serviços públicos de fornecimento de energia elétrica para as dependências da Presidência da República.

O acréscimo de 10% reflete uma análise dos custos e projeções, indicando que houve um aumento significativo no consumo de energia nos anos anteriores, conforme demonstrado no período analisado a seguir:



Portanto, além do reajustes tarifários, têm ocorrido aumentos sucessivos de consumo de energia elétrica de alta e baixa tensões.

Chega-se ao valor total na prestação do serviços públicos de fornecimento de energia elétrica:

Contrato proposto	Local	nº Identificação do medidor	Consumo Anual Estimado (kWh)*1	Custo Anual Estimado (R\$)*2
	Palácio Planalto Instalações	1.087.797-5	3.257.210	R\$ 2.891.261,71

<b>Alta Tensão</b>	Palácio Planalto - Ar Condicionado	1.087.798-3	1.318.591	R\$ 1.425.312,42
	Almoxarifado Central	466.456-6	4.902.425	R\$ 4.269.438,70
	GSI - PR	1.297.397-1	590.576	R\$ 436.888,81
	Palácio Planalto - Anexos	923.928-6	292.183	R\$ 221.634,56
	Palácio Alvorada	703.776-7	1.001.900	R\$ 720.470,79
	COTRAN	491.662-x	1.766.475	R\$ 1.576.177,01
	Granja do Torto	491.708-1	398.773	R\$ 279.948,40
	<b>Subtotal Alta Tensão</b>			<b>13.528.134</b>
<b>Baixa Tensão</b>	Pavilhão das Metas - CNJ	1.489.481-5	267.173	R\$ 243.483,56
	Palácio Planalto - Incêndio	1.089.702-x	1.200	R\$ 1.316,42
	<b>Subtotal Baixa Tensão</b>			<b>268.373</b>

\*1 Consumo anual previsto com base em consumos anteriores.

\*2 Valor anual previsto com base em consumos anteriores.

As instalações são classificadas por **Grupo e Subgrupo**, conforme detalhamento abaixo:

Unidade Consumidora: 703.776-7	(item 1)
Identificação: Palácio da Alvorada	
Projeto Elétrico (CP) 19522A	Ponto de Entrega: CS-0347
Propriedade da Instalação: Particular	
Tensão entre Fases (V): 13.200	Tensão de Medição (V): 115

Classificação: Poder Público	Frequência (HZ): 60
Tarifa Horária: Azul	<b>Subgrupo: A4</b>
Capacidade de Demanda do ponto de entrega (kW): 350	
Demanda Contratada Ponta (kW): 280	Demanda Contratada F. Ponta (kW): 350
Ligação: Trifásica	
Endereço: P ALVORADA PALACIO DA ALVORADA	

Unidade Consumidora: 491.662-X	<b>(item 2)</b>
Identificação: COTRAN - Coordenação de Transportes	
Potência do transformador (kVA): 1.000	Prop. da Instalação: Poder Público
Tensão entre Fases (V): 13.800	Tensão de Medição (V): 115
Ponto de Entrega: FP3516A	Frequência (HZ): 60
Capacidade de Demanda do ponto de entrega (kW): 120	
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: A4</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	

Unidade Consumidora: 491.708-1	<b>(item 3)</b>
Identificação: Residência Oficial da Granja do Torto	
Potência do transformador (kVA): 1.000	Prop. da Instalação: Poder Público
Tensão entre Fases (V): 13.800	Tensão de Medição (V): 115

Ponto de Entrega: FP3497	Frequência (HZ): 60
Capacidade de Demanda do ponto de entrega (kW): 90	
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: A4</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	

Unidade Consumidora: 1.489.481-5	<b>(item 4)</b>
Identificação: Pavilhão das Metas	
<b>Grupo: B</b>	
Unidade consumidora com fornecimento em baixa tensão, com tensão inferior a 2,3 kV, caracterizado pela tarifa monômnia, enquadrada no subgrupo B3 - demais classes, conforme Resolução 414 de 2010 da ANEEL, Art. 2º, XXXVIII, c).	

Unidade Consumidora: 1.089.702-X	<b>(item 5)</b>
Identificação: Palácio do Planalto - Bombas de Incêndio	
<b>Grupo: B</b>	
Unidade consumidora com fornecimento em baixa tensão, com tensão inferior a 2,3 kV, caracterizado pela tarifa monômnia, enquadrada no subgrupo B3 - demais classes, conforme Resolução 414 de 2010 da ANEEL, Art. 2º, XXXVIII, c).	

Unidade Consumidora: 1.087.797-5	<b>(item 6)</b>
Identificação: Palácio do Planalto - Instalações	
Projeto Elétrico (CP) 03083A	Ponto de Entrega: CS-0618

Propriedade da Instalação: NEOENERGIA	
Tensão entre Fases (V): 380	Tensão de Medição (V): 220
Classificação: Poder Público	Frequência (HZ): 60
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: AS</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	
Endereço: Pca T Poderes Pal Planalto Instala - Brasília/DF	

Unidade Consumidora: 1.087.798-3	<b>(item 7)</b>
Identificação: Palácio do Planalto - Ar condicionado	
Projeto Elétrico (CP) 03083A	Ponto de Entrega: CS-0618
Propriedade da Instalação: NEOENERGIA	
Tensão entre Fases (V): 380	Tensão de Medição (V): 220
Classificação: Poder Público	Frequência (HZ): 60
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: AS</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	
Endereço: Pca T Poderes Pal Planalto Ar Cond - Brasília/DF	

Unidade Consumidora: 466.456-6	<b>(item 8)</b>

Identificação: CECAD - Almoarifado Central	
Projeto Elétrico (CP) 00020A	Ponto de Entrega: FT-1389
Propriedade da Instalação: Particular	
Tensão entre Fases (V): 13.500	Tensão de Medição (V): 115
Classificação: Poder Público	Frequência (HZ): 60
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: A4</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	
Endereço: ST G MINISTERIA / P. PLANALTO ALMOX CENTRAL	

Unidade Consumidora: 1.297.397-1	<b>(item 9)</b>
Identificação: GSI - PR	
Projeto Elétrico (CP) 21954A	Ponto de Entrega: CS-0324
Propriedade da Instalação: Particular	
Tensão entre Fases (V): 13.500	Tensão de Medição (V): 115
Classificação: Poder Público	Frequência (HZ): 60
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: A4</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	
Endereço: VIA N2 VA LESTE GSI ED SEDE SEC DE SEGUR PRESID	



Unidade Consumidora: 923.928-6	(item 10)
Identificação: Palácio do Planalto - Anexos	
Projeto Elétrico (CP) 03083A	Ponto de Entrega: CS-0618
Propriedade da Instalação: NEOENERGIA	
Tensão entre Fases (V): 380	Tensão de Medição (V): 220
Classificação: Poder Público	Frequência (HZ): 60
Tarifa Horária: Verde	<b>Subgrupo: AS</b>
Consumo contratado Ponta: Medido	Consumo Fora Ponta: Medido
Ligação: Trifásica	
Endereço: Pca T Poderes Anexo I a IV do Palácio do Planalto - Brasília/DF	

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 9.994.799,98

O custo estimado total da contratação para um período de 12 meses é de **9.994.799,98 (nove milhões, novecentos e noventa e quatro mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)**, sendo:

- **R\$ 9.750.000,00 (nove milhões, setecentos e cinquenta mil reais)** no contrato de alta tensão, e
- **R\$ 244.799,98 (duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)** para o contrato de baixa tensão.

A presente contratação irá substituir os seguintes contratos, atualmente vigentes na Presidência da República, processo SEI nº 00059.000494/2022-71:

Contrato atual PR nº	Local	nº Identificação do medidor
	Palácio Planalto - Instalações	1.087.797-5
	Palácio Planalto - Ar Condicionado	1.087.798-3
	Almoxarifado Central	466.456-6
	GSI - PR	1.297.397-1

<b>Alta Tensão</b> 42/2022 (3591979)	Palácio Planalto - Anexos	923.928-6
	Palácio Alvorada	703.776-7
	COTRAN	491.662-x
	Granja do Torto	491.708-1
<b>Baixa Tensão</b> 43/2022 (3591986)	Pavilhão das Metas - CNJ	1.489.481-5
	Palácio Planalto - Incêndio	1.089.702-x

Observa-se do quadro resumo abaixo, o valor médio anual para os contratos, sendo o valor projetado no ano de 2024 o resultante dos totais apurados entre janeiro a setembro de 2024:

Contrato atual PR nº	Ano	Valor médio ANUAL	Consumo médio ANUAL (kWh)
<b>Baixa Tensão</b> 43/2022 (3591986)	2022	R\$ 143.802,00	156.720
	2023	R\$ 185.664,13	195.744
	2024 até setembro	R\$ 166.909,08	223.644
	2024* projetado	<b>R\$ 244.799,98</b>	268.373

\*Valor projetado em 2024 foi o resultante da divisão do número de meses (até setembro) e multiplicado por 12, a fim de se obter a projeção no ano.

Contrato atual PR nº	Ano	Valor médio ANUAL	Consumo médio ANUAL (kWh)
<b>Alta Tensão</b> 42/2022 (3591979)	2022	R\$ 8.079.585,84	9.659.005
	2023	R\$ 9.203.593,58	10.400.213
	2024 até setembro	R\$ 8.059.863,00	11.273.445
	2024* projetado	<b>R\$ 10.746.564,00</b>	13.528.134

\*Valor projetado em 2024 foi o resultante da divisão do número de meses (até setembro) e multiplicado por 12, a fim de se obter a projeção no ano.

Considerando o valor total de fornecimento de energia de baixa e alta tensões, referente ao período de janeiro a setembro de 2024, a estimativa do cálculo de consumo foi feita com base nas projeções financeiras e operacionais necessárias para a execução do serviço:

Projeção do consumo de energia de baixa tensão de 2024 = R\$ 190.401,61 ÷ 9 = R\$ 18.545,45 x 12 = R\$ 222.545,44 + 10% = R\$ 244.799,98. Inicialmente, o valor do fornecimento de baixa tensão foi dividido por 9, resultando em R\$ 18.545,45 o que corresponde o valor mensal médio no período. Esse valor foi então multiplicado pelo coeficiente de 12 meses, totalizando R\$ 222.545,44. Posteriormente, foi adicionado um percentual de 10%, o que resultou em **R\$ 244.799,98**.

Projeção do consumo de energia de alta tensão de 2024 = R\$ 9.110.674,14 ÷ 9 = R\$ 895.547,00 x 12 = R\$ 10.746.564,00. Inicialmente, o valor do fornecimento de alta tensão foi dividido por 9, resultando em R\$ 895.547,00 o que corresponde o valor mensal médio no período. Esse valor foi então multiplicado pelo coeficiente de 12 meses, totalizando **R\$ 10.746.564,00**.

Na Nota Técnica 19 (6268773), é apresentada uma estimativa inicial dos valores contratuais para o fornecimento de energia elétrica em alta e baixa tensão, sendo que para o contrato de alta tensão, o valor estimado foi de R\$ 11.821.132,40 (onze milhões, oitocentos e vinte e um mil, cento e trinta e dois reais e quarenta centavos).

Entretanto, devido às limitações orçamentárias e financeiras enfrentadas pela Presidência da República, tornou-se necessário revisar o valor inicialmente previsto, com maior ênfase no contrato de alta tensão, por ser o de maior impacto financeiro.

Adicionalmente, há a possibilidade de ajustar o valor do serviço no exercício de 2025, considerando o monitoramento dos gastos durante a execução do contrato, o que poderá resultar em uma alteração contratual ao longo do período.

Além disso, a Presidência da República vem implementando iniciativas voltadas à eficiência energética, como a substituição de aparelhos de ar condicionado por modelos mais modernos e econômicos, bem como o desenvolvimento do projeto de instalação de uma Usina Fotovoltaica no Palácio do Alvorada. Essas medidas visam reduzir o consumo de energia e, conseqüentemente, os custos associados, considerando:

- as ações tomadas pelo Planejamento Estratégico da Presidência da República, na racionalização de consumo de energia elétrica, contempladas no Objetivo Estratégico nº 1, "Fortalecer a gestão organizacional, de infraestrutura e de pessoas da Presidência da República, de forma sustentável", cabe destacar os Projetos Estratégicos que visam reduzir custos de energia e implementar novas fontes de energia sustentável elencados no OFÍCIO CIRCULAR 12 (5863717), especialmente os destacados a seguir: autossuficiência energética do Palácio do Planalto, seus anexos e Residências Oficiais (00150.000415/2024-45) e aumento da eficiência energética do Palácio do Planalto e seus anexos (00150.000415/2024-45);
- que a Diretoria de Engenharia e Patrimônio tem implementado parcerias na instalação de usina fotovoltaica para autossuficiência energética do Palácio da Alvorada, consoante processo de acordo de cooperação técnica, de acordo com o processo 00264.000869/2023-58; e
- a elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República, contida no processo 00040.000136/2024-29, com metas em andamento de eficiência energética, incluindo a substituição de equipamentos por modelos de menor consumo e a implantação de fontes alternativas, como a Usina Fotovoltaica no Palácio do Alvorada.

Tais medidas visam à otimização do consumo de energia, resultando em economia de recursos públicos e sustentabilidade ambiental, o que justifica a revisão e a adequação dos valores inicialmente previstos no orçamento.

Dessa forma, os novos valores estimados para os serviços de fornecimento de energia elétrica ficam ajustados para **R\$ 9.750.000,00 (nove milhões, setecentos e cinquenta mil reais)** no contrato de alta tensão, mantendo-se o valor de **R\$ 244.799,98 (duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)** para o contrato de baixa tensão.

Chega-se ao valor total na prestação do serviços públicos de fornecimento de energia elétrica:

Contrato proposto	Local	nº Identificação do medidor	Consumo Anual Estimado (kWh)*1	Custo Anual Estimado (R\$)*2

<b>Baixa Tensão</b>	Pavilhão das Metas - CNJ	1.489.481-5	267.173	R\$ 243.483,56
	Palácio Planalto - Incêndio	1.089.702-x	1.200	R\$ 1.316,42
	<b>Subtotal Baixa Tensão</b>		<b>268.373</b>	<b>244.799,98</b>

<b>Contrato proposto</b>	<b>Local</b>	<b>n° Identificação do medidor</b>	<b>Consumo Anual Estimado (kWh)*1</b>	<b>Custo Anual Estimado (R\$)*2</b>
<b>Alta Tensão</b>	Palácio Planalto - Instalações	1.087.797-5	3.257.210	R\$ 2.384.695,54
	Palácio Planalto - Ar Condicionado	1.087.798-3	1.318.591	R\$ 1.175.589,24
	Almoxarifado Central	466.456-6	4.902.425	R\$ 3.521.407,76
	GSI - PR	1.297.397-1	590.576	R\$ 360.343,30
	Palácio Planalto - Anexos	923.928-6	292.183	R\$ 182.802,87
	Palácio Alvorada	703.776-7	1.001.900	R\$ 594.240,04
	COTRAN	491.662-x	1.766.475	R\$ 1.300.021,46
	Granja do Torto	491.708-1	398.773	R\$ 230.899,78
	<b>Subtotal Alta Tensão</b>		<b>13.528.134</b>	<b>R\$ 9.750.000,00</b>

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Tendo em vista que o fornecedor é único o objeto não pode ser parcelado.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens estão previstos no Plano de Contratações Anual de 2024, processo SEI 00059.001667/2024-30, objetos:

Número do Documento de Formalização da Demanda: 504/2024 "ENERGIA ELÉTRICA - ALTA TENSÃO  
Contratação de concessionária para fornecimento de energia elétrica - alta tensão"

Número do Documento de Formalização da Demanda: 505/2024 "ENERGIA ELÉTRICA - BAIXA TENSÃO  
Contratação de concessionária para fornecimento de energia elétrica - baixa tensão"

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Esta contratação tem por finalidade garantir o fornecimento de energia elétrica para suprir as necessidades para o adequado funcionamento das instalações do Complexo da Presidência da República. As instalações da PR necessitam deste serviço para permitir a execução das diversas atividades nela realizadas, por meio do uso de equipamentos elétricos, eletrônicos e demais itens que necessitam de energia elétrica para seu funcionamento e, com isto, atender seus objetivos dentro da estrutura organizacional da Administração Pública.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há a indicação de possíveis danos ambientais para essa contratação.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação da prestação do serviço de energia elétrica justifica-se pela necessidade de se manter o fornecimento de energia elétrica nos patamares adequados à satisfação organizacional das instalações do Complexo da Presidência da República.

Nesse sentido, a contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica é necessária para o funcionamento das edificações sob responsabilidade da Presidência da República, modalidade de contratação direta por dispensa de licitação, com amparo legal no artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, Orientação Normativa nº 36, de 13 de dezembro de 2011, da Advocacia Geral da União, da Resolução Normativa nº 1.000/2021, de 7 de dezembro de 2021, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e da Lei nº 8.078/1990.

Justifica-se a presente contratação, por derradeiro, a substituição dos contratos 42/2022 (SEI nº 3591979) e 43/2022 (SEI nº 3591986), atualmente vigentes na Presidência da República, processo SEI nº 00059.000494/2022-71, com vigência dada pela Lei 8.666/1993.

No ponto, convém ressaltar que a Portaria SEGES/MGI 1.769/2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, no art. 5º estabelece que "Os contratos celebrados com vigência por prazo indeterminado, como os serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU nº 36, de 13 de dezembro de 2011, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024, e providenciadas as novas contratações de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021".

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DIOGO SENA BAIERO**

EPC



*Assinou eletronicamente em 09/12/2024 às 16:18:36.*

**VICTOR HENRIQUE BRITO SOUSA**

EPC



*Assinou eletronicamente em 09/12/2024 às 16:23:48.*